

Remuneração bruta média caiu 4,7% no 3º trimestre por causa da inflação

A remuneração bruta média em Portugal caiu 4,7% no terceiro trimestre em termos homólogos, revelou ontem o INE.

É a maior queda desde o início da série de dados do Instituto Nacional de Estatística, sendo que o recuo é mais expressivo no sector público.

Segundo o estudo do INE, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador (por posto de trabalho) aumentou 4,0% no trimestre terminado em setembro de 2022 (3.º trimestre do ano), em relação ao mesmo período de 2021, para 1.353 Euros.

O problema é que, com a inflação a bater máximos de três décadas no país, esse incremento significa que, em termos reais - ou seja, tendo em conta a escalada dos preços para medir a evolução do poder de compra -, o resultado final é uma quebra.

Foi precisamente isso que aconteceu em Portugal no terceiro trimestre deste ano.

Figura 2. Variação homóloga da remuneração bruta total mensal média por trabalhador (nominal e real)



Nota: As variações expressivas observadas nos últimos meses de 2017 e 2018 devem-se à diferente forma de pagamento do subsídio de Natal no setor das Administrações Públicas nestes anos (50% em novembro, em 2017; 100% em novembro, em 2018), quando nos anos anteriores tinham sido pagos em duodécimos.

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 4% face ao mesmo período de 2021, para 1353 euros. Só que, tendo em conta a inflação, registou-se uma queda de

4,7%, indicam os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em relação setembro de 2021, os maiores aumentos da remuneração

total foram observados nas atividades de Educação (secção P; 7,1%), nas empresas de 1 a 4 trabalhadores (6,6%), no setor privado (4,9%) e nas empresas de Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento (6,4%). Não foram observadas variações negativas da remuneração total, tendo as menores variações homólogas sido observadas nas atividades de Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (secção O; 0,5%), nas empresas com 500 ou mais trabalhadores (1,8%), no setor das Administrações Públicas (2,0%) e nas empresas de Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento (0,8%).

Ajustando para a inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), que foi 9,1% no trimestre terminado em setembro de 2022, as remunerações analisadas (total, regular e base) registaram as seguintes variações homólogas reais: -4,7%, -4,9% e -4,9%.

Chuva e vento causaram alguns estragos em três ilhas



A chuva e o vento que se fizeram sentir ontem nos Açores provocaram oito ocorrências, sobretudo quedas de árvores e estruturas, revelou fonte oficial do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

“Registámos oito ocorrências, cinco na ilha Terceira, duas em São Roque, na ilha do Pico, e uma em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel”, adiantou fonte do SRPCBA.

Metade das ocorrências está relacionada com a queda de árvores e as restantes com a queda de estruturas (andaimes e telhas).

Segundo a Proteção Civil açoriana, “não há relato” de feridos, apenas de “danos materiais”.

A queda de árvores num parque de estacionamento em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, provocou estragos em viaturas.

No concelho da Praia da Vitória, na ilha Terceira, há “duas vias encerradas temporariamente”.

Dois ocorrências estão já “resolvidas” e nas restantes os trabalhos estão ainda “a decorrer”, tendo sido envolvidos “bombeiros, serviços municipais de Proteção Civil, a direção regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres e a PSP”.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) colocou todas as ilhas dos Açores sob aviso amarelo, devido à possibilidade de ocorrência de vento e chuva forte, podendo ser acompanhada de trovoadas.

Nas ilhas do grupo central (Terceira, Faial, Pico, São Jorge e Graciosa), o aviso do IPMA relativo à chuva vigorou até às 17h:00 de ontem e o aviso relativo ao vento até às 20h00 de ontem.

Nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, o aviso amarelo era válido até às 20h00 de ontem, devido à chuva, e até às 23h00, devido ao vento.

As ilhas do Corvo e das Flores estiveram também sob aviso amarelo durante a madrugada e manhã.

Associação Sindical de Juizes critica falta de fiscalização nas autarquias

O Presidente da Associação Sindical dos Juizes criticou a falta de fiscalização nas autarquias para prevenir a corrupção, considerando um “passo em falso” a extinção da Inspeção-geral da Administração do Território na altura da ‘troika’.

“Tenho dificuldade em perceber como é que uma política anticorrupção se limita a achar que fica tudo resolvido fazendo as leis. Nós somos bons a fazer leis. Mas depois falta muitas vezes a fiscalização na sequência da aprovação da lei para ver se ela está a ser rigorosa”, afirmou Manuel Soares à margem das Jornadas Açorianas de Direito, em Ponta Delgada.

O líder da Associação Sindical dos Juizes Portugueses lembrou que as autarquias são umas das “áreas de risco de corrupção”, porque “são muito mais difíceis de controlar”, uma vez que existem “centenas de órgãos autárquicos” nas câmaras municipais e nas Juntas de Freguesia de todo o país.

Manuel Soares referiu que a Inspeção-Geral da Administração do Território “foi desmantelada na altura da ‘troika’, o que levou a que, “praticamente, deixassem de existir inspeções às autarquias”.

“Demos um passo em falso há uns anos quando desmantelamos a Inspeção-geral da Administração do Território, que tinha competência para aparecer nas câmaras e fazer fiscalizações e auditorias de surpresa”, afir-

mou.

Segundo disse, aquela inspeção-geral detetou “muitos casos de natureza corruptiva” nos municípios.

O juiz alertou para a necessidade de se realizarem mais fiscalizações nas autarquias, órgãos onde existem “muita contratação pública” e onde o “poder está diluído em muitos intervenientes”.

“Se já era uma área de risco passou a ser uma área ainda de maior risco com o desmantelamento desta inspeção que tinha essa competência para fiscalizar diretamente as autarquias”, defendeu.

Manuel Soares reconheceu que “agora” a falta de fiscalização é “ainda mais sensível” porque “vai entrar muito dinheiro” nas autarquias por via do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O líder da associação sindical afirmou que “muitas vezes faltam meios” e “também vontade”, avisando que se “a raposa for colocada no galinheiro não se pode dizer para ela não comer as galinhas”. “Muitas vezes percebemos que as decisões de atuar ou de emitir a atuação são tomadas por pessoas ou entidades que às vezes podem ter interesse em que o desfecho da investigação seja num ou noutro sentido”, assinalou. A Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) foi criada em 1986 como o organismo de exercício da tutela inspetiva sobre as autarquias locais.